



Parlamentares do mundo debatem como garantir o direito à água

Conferência dentro do Fórum Mundial da Água reúne amanhã congressistas de vários países para discutir o papel dos parlamentos para assegurar acesso ao recurso

Começa amanhã a conferência parlamentar para debater como os parlamentos mundiais podem ajudar a garantir o acesso irrestrito dos cidadãos à água. O evento faz parte do 8º Fórum Mundial da Água, que começou ontem, em Brasília.

O presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira, e o presidente da Comissão de Relações Exteriores, Fernando Collor, devem participar da abertura do seminário.

— O tema é de importância mundial. Nós já estamos com mais de 100

parlamentares inscritos. O Senado tinha obrigação de fazer parte disso — explicou o presidente da Subcomissão do Fórum Mundial da Água, Jorge Viana. Além de Viana, 14 senadores já confirmaram participação no evento.

A subcomissão foi criada em fevereiro para fomentar o debate. A conservação da água é tema de mais de 60 propostas no Senado.

O Fórum da Água é o maior evento sobre o tema no mundo. Esta edição reúne cerca de 45 mil pessoas, entre as quais, mais de 100 parlamentares. **3**



Presidente do Senado, Eunício Oliveira (D), e Fernando Collor devem participar da cerimônia de abertura do evento

Marcos Oliveira/Agência Senado — 9/8/2016



Paim (C) coordena audiência com representantes de auditores-fiscais e analistas para debater carga tributária no país

Especialistas sugerem mudanças para IR mais justo

O excesso de benefícios fiscais a empresas devedoras, a falta de controle da sonegação e a defasagem na tabela de isenção do Imposto de Renda são exemplos da injustiça tributária no país, disseram

representantes de auditores-fiscais e analistas tributários da Receita em audiência pública no Senado, na sexta-feira. Para eles, a carga tributária focada no consumo, e não na renda e no patrimônio, gera

desigualdade social, fazendo com que os mais ricos paguem menos impostos.

Promovida pela Comissão de Direitos Humanos, a audiência debateu os impactos sociais da alta carga tributária no país. **4**

Lei sancionada garante R\$ 2 bi para municípios

Os municípios terão socorro financeiro de R\$ 2 bilhões para usar em casos emergenciais, principalmente nas áreas de saúde e educação. A lei que abre o crédito foi publicada semana passada pelo presidente Temer e é originária de medida provisória aprovada pelo Congresso em fevereiro. **2**

Direito de greve será discutido em subcomissão

A Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho promove hoje audiência para discutir direito de greve e organização sindical. Foram convidados juízes e procuradores do Trabalho e representantes de sindicatos e associações de trabalhadores. O colegiado é vinculado à Comissão de Direitos Humanos. **3**

Nacionalismo e migração na Europa em debate

A Comissão de Relações Exteriores do Senado faz hoje, às 18h, mais um encontro do ciclo de debates O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?.

Nesta edição, especialistas convidados vão debater com os senadores sobre nacionalismo, separatismo e migração na Europa. **3**

Propostas pretendem regular concessão do auxílio-moradia

Dois projetos apresentados na semana passada no Senado visam impedir abusos na concessão de auxílio-moradia no serviço público. De Roberto Requião e Randolfe Rodrigues, as propostas restringem drasticamente as possibilidades de pagamento do benefício,

além de estabelecerem que quem descumprir as normas será responsabilizado nas esferas administrativa, civil e penal.

Os projetos estão tramitando na Comissão de Constituição e Justiça e aguardam a designação dos respectivos relatores. **4**

Constituição é o quinto livro gratuito mais baixado no país

Dois dos livros que compõem a lista do Top 10 Grátis do iBooks, leitor digital oficial da Apple, são a Constituição federal, que estava em quinto lugar no ranking do aplicativo

na sexta-feira, e o Código Penal, que ocupava a nona posição. Atualmente, 190 títulos que reproduzem textos legais estão disponíveis para download gratuito na página do Senado. **2**



Constituição tem 251 artigos e 99 emendas aprovadas de 1992 a 2017

Gerardo Magela/Agência Senado

Roque de Sá/Agência Senado

Constituição está no top 10 de livros gratuitos baixados

Obra é o 5º livro com mais downloads no Brasil na lista do leitor digital oficial da Apple, o iBooks. Na 9ª posição está o Código Penal. Publicações também podem ser baixadas de graça na página do Senado



30 anos
CONSTITUIÇÃO
da CIDADANIA

A CONSTITUIÇÃO, PUBLICADA pelo Senado, é um dos livros que compõem a lista do Top 10 Grátis do iBooks, leitor digital oficial da Apple. Semana passada, a obra figurava como o quinto livro gratuito mais baixado pelo aplicativo.

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a Constituição possui 251 artigos. A atual versão também traz as 99 emendas aprovadas entre 1992 e 2017.

Outra publicação editada pelo Senado, o Código Penal ocupava a nona posição no ranking do aplicativo na sexta-feira.

O chefe do Serviço de Multimídia da Secretaria de Editoração e Publicações, Thomas Gonçalves, atribui as boas colocações ao trabalho constante para melhoria das publicações e ao esforço da equipe para divulgação dos materiais.

— Havia um desconheci-



Na Livraria do Senado, a Constituição foi baixada 1.158 vezes em 2017

mento grande desse serviço [de oferta de livros digitais]. No aplicativo da Apple, por exemplo, colocamos os livros há seis meses e já conseguimos um ótimo resultado. Além disso, no último ano intensificamos a participação nas feiras de livros e temos buscado parcerias externas — afirma.

Oferta direta

Na Livraria do Senado, a procura pelas duas obras também tem sido expressiva:

de janeiro a dezembro do ano passado, a Constituição teve 1.158 downloads e o Código Penal foi baixado 3.287 vezes. No mesmo período, o site da Livraria teve 3,1 milhões de acessos.

Atualmente, 190 títulos que reproduzem textos legais estão disponíveis para serem baixados gratuitamente na página do Senado. As obras também podem ser baixadas no Google Books, Amazon Kindle, Kobo, Livraria Cultura e Saraiva.

Lei com R\$ 2 bilhões para municípios é sancionada

Foi sancionada pelo presidente Michel Temer a Lei 13.633/2018, que abre crédito de R\$ 2 bilhões para os Ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social, viabilizando o auxílio financeiro aos municípios previsto na Medida Provisória 815/2017.

A cerimônia de sanção ocorreu semana passada em Brasília, com a presença de prefeitos de todo o país. A MP foi aprovada em sessão do Congresso Nacional em 20 de fevereiro.

A medida provisória autoriza a União a transferir aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 2018 recursos destinados à superação de dificuldades finan-

ceiras emergenciais.

Pelo texto, a parcela destinada a cada ente federado será definida pelos mesmos critérios de transferências do FPM. Os municípios deverão aplicar os recursos preferencialmente nas áreas de saúde e educação.

Transferências

De acordo com o Palácio do Planalto, apenas em 2017, estima-se que os municípios tenham deixado de receber cerca de R\$ 4 bilhões por meio do FPM.

Segundo o Ministério da Fazenda, “as transferências da União, bem como as receitas próprias dos entes federados, vêm se realizando abaixo das expectativas e das projeções

das administrações municipais desde 2015”.

Na justificativa da medida provisória, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, ressaltou que as alterações não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o exercício.

O crédito especial será viabilizado devido à anulação de dotações orçamentárias, inclusive de emendas de comissão e de bancadas estaduais, de execução não obrigatória.

Parte dos recursos, no valor de R\$ 271,6 milhões, refere-se a cancelamento de despesas primárias pertencentes ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Com Agência Brasil

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

ESTATUTO DO TRABALHO Greve

9h Audiência interativa sobre organização sindical, negociação coletiva e direito de greve. Às 14h, reunião com o grupo de trabalho que sistematiza o estatuto.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Discursos dos senadores e avisos da Mesa.

CRE Situação na Europa

18h Debate sobre nacionalismo, separatismo e migração na Europa

TERÇA

CCJ Direitos das mulheres

9h Audiência interativa para discutir direitos das mulheres e a Constituição.

CI Serviço de esgotamento sanitário

9h Entre 14 itens, o PLS 291/2013, que regula a cobrança pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário.

CAE Spreads bancários

10h Audiência interativa para debater caminhos para reduzir spreads bancários.

CRA Insetos polinizadores

11h Audiência interativa discute a importância dos insetos polinizadores para a agropecuária.

CE Resolução de conflitos

11h30 O PLS 305/2017, que institui o Dia Nacional da Resolução de Conflitos, é um dos 17 itens.

CMA Peixes e vegetais

11h30 Na pauta de 11 itens, está o PLS 162/2015, que visa incentivar a produção integrada de peixes e vegetais.

CCT Prontuários digitais

14h30 Entre 20 itens da pauta, está o PLS 167/2014, que regulamenta digitalização de prontuários de pacientes.

CDR Ministro da Integração Nacional

14h30 Audiência interativa para avaliar o andamento das obras do projeto de integração do Rio São Francisco, com a presença do ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho.

CPI DO BNDES Relatório final

14h30 Análise do relatório final da CPI.

MP 810/2017 Empresas de informática

15h Audiência sobre medida provisória que dá incentivo ao setor de informática.

MP 815/2018 Apoio aos municípios

15h Análise de relatório.

QUARTA

CAS Material escolar

9h O PLS 122/2013, que autoriza crédito para material escolar a beneficiários do Bolsa Família, é um dos 15 itens da pauta.

CDR Produção de chocolate

9h A Comissão de Desenvolvimento Regional faz audiência interativa para debater a produção de chocolate no Brasil. O debate continua à tarde, a partir das 14h.

CCJ Violência doméstica

10h Na pauta de 35 itens, está o PLS 308/2016, que dá prazo para profissional de saúde notificar violência doméstica.

CTFC Programas de fidelidade

11h Análise do PLS 642/2015, que estipula prazo de validade dos pontos em programas de fidelidade, e de mais sete itens.

SESSÃO TEMÁTICA Fake news

13h O Plenário faz sessão de debates temática sobre fake news (notícias falsas).

CRE Marrocos

14h Audiência conjunta com o Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos para discutir temas de interesse comum. Participam o embaixador do Marrocos, parlamentares marroquinos e membros da Câmara dos Conselheiros do país.

MP 814/2017 Eletrobras

14h Reunião da comissão mista que analisa a medida provisória, que trata da privatização da Eletrobras.

MP 809/2017 Fundo ambiental

14h30 Audiência sobre medida provisória que cria fundo de compensação ambiental terá a participação, entre outros, dos presidentes do ICMBio e do Ibama.

MP 810/2017 Informática

14h30 Audiência sobre medida provisória que dá incentivo ao setor de informática.

MP 811/2017 Petróleo

15h Medida provisória sobre venda do petróleo do pré-sal é tema de audiência.

QUINTA

PROCURADORIA DA MULHER Debate

10h Debate sobre questões femininas.

CPI DOS MAUS-TRATOS Reunião

10h30 Análise de requerimentos.

CSE Organização comunitária

17h Audiência interativa debate a importância da organização comunitária no desenvolvimento do país.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burl

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Parlamento terá dia especial no Fórum da Água

Conferência vai reunir amanhã parlamentares brasileiros e estrangeiros para debater formas de garantir o acesso da população mundial à água. 15 senadores participarão



O DIREITO DOS cidadãos à água e o trabalho dos parlamentos para garantir o acesso da população a esse bem serão o foco de seminário amanhã, dentro do 8º Fórum Mundial da Água, que começou ontem, em Brasília.

O Senado tem participação efetiva na organização do evento, que contará com a presença de mais de 100 parlamentares.

Para a abertura do seminário, foram convidados o presidente do Senado, Eunício Oliveira, o presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado, Fernando Collor (PTC-AL), o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e a presidente da CRE da Câmara, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP).

Serão três sessões ao longo do dia para discutir o papel dos parlamentos e o direito à água, com participação de senadores e deputados de diversos países, além de painéis com juizes e promotores.

— O tema é de importância mundial. Nós já estamos com mais de 100 parlamentares inscritos e o tema a ser discutido é o papel do parlamento e o direito à água. O Senado tinha obrigação de fazer parte disso — explicou o presidente da Subcomissão do Fórum

Mundial da Água, senador Jorge Viana (PT-AC).

Os parlamentares, de pelo menos 19 países, vão discutir com especialistas experiências, impressões e mudanças necessárias. Congressistas da Argélia, Argentina, Bolívia, Burundi, Congo, França, Gana, Guiana, Irã, Quênia, Malawi, México, Marrocos, Nigéria, Paquistão, Portugal, São Cristóvão e Névis, Coreia do Sul e Suriname são presenças confirmadas, além do Brasil.

A programação de amanhã se encerra com uma visita ao Congresso.

Além da conferência parlamentar, haverá dezenas de reuniões com a participação dos parlamentares para tratar de temas como o fortalecimento das capacidades dos governos locais para o abastecimento de água, o planejamento hídrico de cidades e a preparação das cidades para a manutenção do abastecimento considerando os riscos hidrológicos.

Também serão debatidos a adoção de uma “hidrodiplo-macia” para tentar resolver conflitos que emergem de crises hídricas, os desafios hidrológicos e as estratégias de cidades e regiões para tirar o máximo proveito de cada gota.

Dever de casa

Há algum tempo, o Senado vem discutindo o melhor uso e a conservação da água.

Tramitam hoje na Casa mais de 60 proposições sobre o tema. Entre elas, uma PEC de Viana para incluir na Constituição o acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais (PEC 4/2018). Outro projeto de Viana traz regras para o abastecimento



Senador Jorge Viana comanda audiência da Subcomissão Temporária Fórum Mundial da Água, presidida por ele

de água por fontes alternativas, estimulando o reúso de água e o aproveitamento de água da chuva (PLS 58/2016). Também está na pauta texto de Lídice da Mata (PSB-BA) que exige a elaboração de planos de segurança hídrica nacional e estaduais (PLS 65/2017).

Em 22 de fevereiro o Senado fez uma sessão temática sobre o fórum e instalou a Subcomissão Temporária do Fórum da Água, para fomentar o debate e afinar o discurso brasileiro.

Pelo menos 15 senadores brasileiros já confirmaram a participação no fórum: Jorge Viana, Cristovam Buarque (PPS-DF), Elmano Férrer (PMDB-PI), Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Hélio José (Pros-DF), José Medeiros (Pode-MT), José Pimentel (PT-CE), Lindbergh Farias (PT-RJ), Fátima Bezerra (PT-RN), Regina Sousa (PT-PI), Otto Alencar (PSD-BA), Pedro Chaves (PRB-MS), Roberto Muniz (PP-BR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Também deverão participar do evento 14 deputados federais.

No Brasil, evento dará espaço maior para a participação de movimentos sociais

Organizado pelo Conselho Mundial da Água, pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo governo do Distrito Federal, o Fórum Mundial da Água é o maior evento sobre o assunto no mundo.

A abertura oficial do fórum será hoje, às 9h, no Palácio do Itamaraty, com a presença dos presidentes da República, Michel Temer, e do Senado, Eunício Oliveira, além de outras autoridades nacionais e internacionais.

As mais de 200 atividades e debates serão encerradas na sexta-feira, no Centro de Convenções e no Estádio Mané Garrincha.

Os organizadores calculam que cerca de 45 mil pessoas de 150 países participem desta 8ª edição do evento, que conta ainda com feira de negócios, exposições e diversas atividades culturais ligadas ao tema.

O fórum está pagando as despesas de representantes de 200 organizações sociais ligadas ao direito à água em

todo o mundo, para que possam participar desta edição.

Para os organizadores, essas entidades possuem “um enorme potencial de contribuição e engajamento”. Ativistas de dezenas de países da África, da Ásia e da América Latina, além de movimentos sociais brasileiros, estarão presentes.

O Conselho Mundial da Água, que organiza o fórum, reúne cerca de 400 instituições relacionadas a recursos hídricos em 70 nações.

Temas

Entre os assuntos da 8ª edição, uma das prioridades será a mudança climática. Segundo o conselho, os impactos da mudança do clima se manifestam primeiro e mais fortemente por meio da água. Isso porque mudam o ciclo hidrológico, os padrões de distribuição de chuva, as vazões dos rios e a ocorrência de eventos extremos. Outro tema será a preservação dos ecossistemas.

Nacionalismo e migração na Europa são tema de debate hoje no Senado

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) faz hoje, às 18h, a segunda audiência de 2018 do ciclo de debates “O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?”. O encontro debaterá nacionalismo, separatismo e migração na Europa.

Foram convidados para participar o professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Leonardo Nelmi Trevisan e o professor do Centro Universitário de Brasília (UniCeub) Mario Drumond Coelho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Organização sindical e direito de greve serão assunto de audiência

A organização sindical, a negociação coletiva e o direito de greve serão tema de audiência pública hoje, às 9h, na Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (CDHET), que é vinculada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O debate foi proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados a vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noemia Garcia Porto, o procurador regional do Trabalho da 17ª Região (Espírito Santo) João Hilario Valentim e diversos representantes de sindicatos e associações trabalhistas.

Também hoje, às 14h, o

grupo de trabalho colaborador da subcomissão se reúne para debater a sistematização do novo estatuto e analisar as sugestões da sociedade para a elaboração do anteprojeto.

O grupo tem representantes da Anamatra, do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Sinait), do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (Cesit/Unicamp) e da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Gurgacz cobra melhor distribuição de energia em Rondônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu na sexta a necessidade de investir na rede de distribuição de energia em Rondônia.

Para ele, na expectativa de se tornar produtor e exportador de energia, o estado não logrou benefícios e contrapartidas na construção das Usinas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira. Além disso, o senador ressaltou que, para o agricultor continuar no campo, ele precisa de segurança e conforto, o que quer dizer investimento em assistência técnica, novas tecnologias, calcário, máquinas e internet.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Paim: assassinato de vereadora teve repercussão mundial

Paulo Paim (PT-RS) ressaltou na sexta-feira a repercussão nacional e internacional das mortes da vereadora Marielle Franco, de 38 anos, e do motorista Anderson Pedro Gomes, de 39 anos, assassinados a tiros na semana passada no Rio. Para o senador, o Brasil e o mundo exigem uma resposta imediata para esse ato.

A morte da ativista, uma promissora liderança, é mais um ataque àqueles que defendem o social e as pessoas, afirmou:

— Não é admissível que uma jovem com futuro brilhante na linha da defesa dos que mais precisam tenha sua vida ceifada de forma truculenta. Isso causou impacto e comoção no planeta.

Debatedores apontam injustiça tributária no IR

Em audiência, representantes de auditores-fiscais e analistas tributários criticaram benefícios a empresas devedoras e pediram correção da tabela para isentar quem ganha menos

SE A TABELA do Imposto de Renda fosse corrigida adequadamente pelo governo, hoje estariam isentos do tributo os brasileiros que ganham até R\$ 3.550. Como isso não ocorre, a faixa atual de isenção é de apenas R\$ 1.903. Essa defasagem é um dos exemplos da injustiça tributária praticada no país, afirmou na sexta-feira o diretor-secretário do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais (Sindifisco), Pedro Egídio Alves de Oliveira, em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

No debate sobre a alta carga tributária e seus impactos sociais, o representante do Sindifisco lembrou que, em 1996, quem recebia até nove salários mínimos estava isento do IR. Em 2017, a isenção abrange somente quem recebe até dois salários.

— Isso é aumento indireto de carga tributária, pois o governo não tem coragem de enfrentar o ônus político de elevá-la diretamente e deixa de atualizar a tabela. Isso precisa ser revisto — afirmou.

Segundo Oliveira, a justiça tributária pode contribuir para a redução das desigualdades sociais no Brasil. A Constituição, observou ele, determina que os impostos devem ser graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte, o que não ocorre no Brasil.

— É um dever do Estado gerar sistema progressivo,



Com Pedro Egídio de Oliveira e Breno Rocha, Paulo Paim (C) coordena debate sobre alta carga tributária no país

cobrando mais de quem tem mais. Aqui é o contrário: há uma carga regressiva, com foco no consumo em vez de ser na renda e no patrimônio. Isso faz com que, proporcionalmente, a elite pague menos — afirmou o representante do Sindifisco, que também criticou o excesso de benefícios fiscais concedidos pelo governo.

Sonegação

Segundo o diretor do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal (Sindireceita) Breno Rocha, de janeiro a outubro de 2017 o Brasil perdeu mais de R\$ 480 bilhões em tributos sonegados. Com o contrabando

e o descaminho, a entidade estima perdas de R\$ 100 bilhões anualmente.

Rocha citou uma série de falhas sistêmicas do Estado brasileiro no setor tributário que, segundo ele, seriam responsáveis por gerar desigualdades sociais. Entre elas, a concessão de benefícios recorrentes ao inadimplente contumaz, o que, na opinião do analista, desestimula os bons contribuintes a cumprirem suas obrigações.

— As empresas não se preocupam em recolher e preferem esperar o Refis [programa de refinanciamento de dívidas tributárias]. Ainda assim, elas acabam não pagando, pois vão

aguardar o próximo [Refis]. O bom contribuinte fica totalmente desestimulado.

O diretor do Sindireceita também chamou atenção para a importância do combate à chamada “economia subterrânea”, que abrange pessoas que estão na atividade econômica, mas não são alcançadas pelo Fisco. São contribuintes que fazem de tudo para evitar os custos decorrentes da atividade, como sonegar, driblar leis trabalhistas e evadir contribuições para a seguridade social.

Na fase de debates, o senador Jorge Viana (PT-AC) disse que o problema do Brasil não é o pagamento de uma alta carga tributária, mas a destinação do

dinheiro arrecadado.

— Na Europa, alguns países conseguem pegar os impostos e transformar em políticas públicas eficientes. Aqui não temos o mínimo de garantias sociais para as pessoas — lamentou.

Marielle Franco

No fim da audiência, o vice-presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), voltou a lamentar o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista dela, Anderson Gomes. O senador afirmou que a liderança política foi covardemente assassinada por defender os direitos humanos.

Jorge Viana (PT-AC), por sua vez, lamentou o ódio e a intolerância que, na opinião dele, tomaram conta de parte da sociedade brasileira. O senador citou o jornal *Extra*, do Rio de Janeiro, que recebeu mensagens de leitores debochando da vereadora carioca, tradicional defensora das minorias.

— Há setores que satanizaram os direitos humanos e ainda criaram uma pecha, como se fossem privilégios.

Segundo Viana, diante de tantos comentários agressivos e preconceituosos, o jornal se viu na obrigação de publicar alguns artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Projetos pretendem regular pagamento de auxílio-moradia

Dois projetos apresentados na semana passada no Senado visam impedir abusos na concessão de auxílio-moradia no serviço público. O PLS 73/2018—Complementar, de Roberto Requião (PMDB-PR), e o PLS 82/2018, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), estão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aguardando a designação dos relatores.

A proposta de Requião estabelece que os magistrados e procuradores só terão direito a auxílio-moradia em caso de “lotações temporárias inferiores a seis meses”, desde que não haja residência oficial à disposição na localidade. O auxílio não poderá ser pago além desse prazo. Atualmente, as leis não preveem esse limite de tempo.

Imóvel funcional

O projeto também determina que o magistrado ou o procurador só poderão usar imóvel funcional se este já for de propriedade da administração pública em janeiro de 2018 e se o magistrado (ou

procurador) e respectivo cônjuge não possuem imóvel na localidade ou em sua região metropolitana ou, ainda, em local com distância de até 100 quilômetros do local de lotação do servidor.

Além disso, o texto proíbe que a administração pública pague diária de viagem a qualquer agente público cujo deslocamento a serviço seja para município da mesma área metropolitana do local de trabalho ou cuja distância seja de até 100 quilômetros.

Para membros do Legislativo, ministros do Executivo e secretários estaduais, o PLS 73 admite a cessão de imóvel funcional desde que este seja propriedade da administração pública em janeiro de 2018 e que o interessado ou o cônjuge não possuam imóvel na localidade. Se não houver imóvel funcional disponível, será admitido o pagamento de auxílio-moradia.

Para Requião, “o auxílio-moradia tem sido utilizado como forma de elevação salarial, em descumprimento

ao ditame constitucional que atribui ao Legislativo o poder de definir salários”. Segundo ele, é “uma falácia atribuir auxílio-moradia a agentes políticos que exercem de forma permanente seu cargo em determinada localidade”.

Interesse público

Já o projeto de Randolfe decreta que o pagamento de auxílio-moradia só ocorrerá “nos casos de deslocamento temporário com fundamento em interesse público”. A regra valerá para membros dos três Poderes e para todos os servidores.

O texto também proíbe o pagamento de auxílio-moradia a agente público que resida, em imóvel próprio ou não, “no município de desempenho das respectivas atribuições”. O descumprimento da norma acarretaria responsabilização administrativa, civil e criminal.

O senador afirma que o objetivo do projeto é extinguir o auxílio-moradia que, para ele, virou uma forma de “concessão de reajuste do subsídio

de parlamentares, ministros, magistrados e membros do Ministério Público, e, ainda, de burlar o teto remuneratório”.

“É especialmente ofensivo à sociedade brasileira o fato de o auxílio-moradia de magistrados e membros do Ministério Público ter sido autofixado, tendo sido concedido ao arrepio de qualquer deliberação do Congresso Nacional, por força de decisões judiciais sem qualquer amparo na legislação nacional. É uma violência ao Estado democrático de direito a concessão de benefícios a agentes públicos, que oneram excessivamente o contribuinte, sem que o Parlamento, como mandatário da sociedade civil, tenha autorizado previamente a sua concessão”, argumenta Randolfe.

PEC

Randolfe é autor ainda da PEC 41/2017, que estabelece que membros dos três Poderes, detentores de mandatos eletivos, ministros de Estado e secretários estaduais e municipais serão remunerados